

# QUANDO SE ATACA O INIMIGO É PARA DESTRUÍ-LO

T. (283) 7/3/76

● Entrevista concedida pelo Presidente Samora à revista "Terceiro Mundo"



**Terceiro Mundo** — Como vê o presidente o processo de instalação do Poder Popular em Moçambique nestes primeiros meses de Governo?

Presidente Samora — Nós havíamos definido como prioridade a extensão do Poder político democrático a todo o território nacional. Estamos convencidos de que só com a participação activa e consciente da população é possível acelerar a instalação do Poder Popular. A popula-

ção não deve estar à margem do processo. Para realizar esse trabalho é necessário que existam estruturas, a nível nacional, a nível provincial, de distrito e de localidades; para que possam alcançar as zonas mais remotas do país, e interessar o elemento mais marginalizado durante este tempo de colonialismo. É necessário que todos saibam que a Reconstrução Nacional depende da participação popular. Assim, cremos que é

fundamental o enraizamento das estruturas políticas no seio do povo. Sabemos que quando há estruturas políticas enraizadas no seio do povo, as estruturas sócio-económicas estarão aí. Hoje é possível determinar a prioridade das tarefas. Nesse caso: Qual é o nosso trabalho, senão a continuação do que realizamos ao longo de dez anos, quando estávamos em Luta Armada? As estruturas que criamos nas zonas libertadas

durante os dez anos de Luta de Libertação Nacional são as mesmas que devem orientar o Governo e influir sobre as zonas que estiveram dominados pelo colonialismo até à Independência, ou mais especialmente, até à formação do Governo de Transição. A nossa experiência em Moçambique é que o campo deve influir sobre a cidade e não a cidade sobre o campo. Essa é a nossa experiência. O meio rural deve, repito, influir sobre as cidades.

Encontramos uma série de coisas boas no campo. Aprendemos o que é viver com o povo, quais os sentimentos gerais do povo. Sabemos muito bem como é que o povo quer alcançar os seus objectivos.

Encontramos uma série de coisas boas no campo. Aprendemos o que é viver com o povo, quais os sentimentos gerais do povo. Sabemos muito bem como é que o povo quer alcançar os seus objectivos. A população da cidade está influenciada pelas estruturas estrangeiras que, no nosso caso, são estruturas colonialistas. Porque a nível das cidades o que domina é essencialmente a cultura estrangeira. São estruturas decadentes, facilmente superadas por estruturas correctas. Assim a nossa presença nas cidades hoje sacode as estruturas urbanas, colonial-capitalistas. E isso leva-nos a afirmar que só com a participação popular desenvolveremos Moçambique.

T.M. — Visitamos recentemente as áreas libertadas. Ficamos impressionados pelas experiências ali recolhidas. Estamos convencidos de que há necessidade de poucas mudanças da guerra para a paz, porque já existiam, além de estruturas, uma mentalidade e consciência política bastante adaptadas às novas realidades. Contudo, ao mesmo tempo que encontramos isso lá descobrimos uma realidade muito distinta em Lourenço Marques, Nampula, Quelimane, enfim, nas zonas urbanas. Encara com optimismo a tarefa de «reconversão» do meio urbano?

P. S. — Sim, somos bastante optimistas em relação a esse problema. E podemos assegurar-lhe que estamos fazendo progressos muito rápidos. Principalmente nas antigas zonas marginais, na periferia das cidades, no «caniço» é onde a organização popular se desenvolve mais rapidamente.

T. M. — Certamente influenciada por esta nova filosofia, as primeiras medidas da FRELIMO no Governo

foram não só com o objectivo de organização popular, mas também da transformação profunda nos serviços públicos. A socialização da medicina foi uma delas. Pode-se dizer que na América Latina esse é um dos sectores onde há mais discriminação social. Não crê que irá encontrar dificuldades para aplicar essa política aqui?

P. S. — Onde está a dificuldade? Nós simplesmente transportamos para aqui a nossa experiência da guer-

ra. Nos dez anos de guerra que vivemos não tivemos medicina privada. Tivemos médicos, tivemos enfermeiros, mas todos eles trabalhavam para o Povo. Inclusive para os soldados portugueses capturados, alguns gravemente feridos, que recebiam os nossos cuidados. Nunca houve medicina privada. E isso nos leva à definição do são para nós as áreas libertadas: a liquidação do inimigo, não a liquidação física, mas a sua influência política. Por exemplo o trabalho da educação, a saúde, a produção—produção colectiva—é a liquidação do espírito individualista, do egoísmo, das ambições pessoais, que constituem na sua essência a base do capitalismo. Ao longo de dez anos não tivemos medicina privada, não tivemos escolas privadas. Resolvemos todos nossos problemas atacando as causas e não os efeitos. Por isso mesmo nunca tivemos tão pouco, advocacia privada.

T. M. — Mas para liquidar a advocacia privada deve-se naturalmente, ter um vasto aparelho judicial.

P. S. — Já existe, já formamos o

Isso nos leva à definição do que são para nós as áreas libertadas: a liquidação do inimigo não a liquidação física, mas a sua influência política.

Serviço Nacional de Justiça, que foi anunciado pelo Governo. Havíamos realizado estudos anteriores e preparado tudo para o enquadramento dos médicos, dos advogados, dos colégios privados no novo esquema.

T. M. — Presidente, supreendunos encontrar em Lourenço Marques uma Sociedade de consumo com poucos paralelos em África e em América Latina, que se pode considerar

de tipo europeu. Tudo isto criou um estilo de vida e também uma estrutura social.

P. S. — Sim, mas não crê que desenvolvendo a economia nacional sobre outras bases, tudo isso será colocado sob controle do Povo?

T. M. — Sim, mas essa não é uma tarefa fácil, porque terão que mudar os estilos de vida de milhares de pessoas que estão historicamente presas a todo esse sistema.

P. S. — Mas não nos esqueçamos, que é só um punhado de gente, e só estrangeiros, os que controlam a nossa economia.

T. M. — Bom, esse é um aspecto importante....

P. S. — E que facilitará a nossa tarefa, pois quem controla a economia nacional, o poder de compra e de venda são os estrangeiros. Não são nacionais.

T. M. — Essa reconversão criará certamente seus próprios estilos, por isso mesmo nós vamos-nos preparar para que dentro de seis meses, a imprensa europeia e norte-americana, em suas reportagens diga que «Lourenço Marques» não é mais que um fantasma do que era no passado, que já não é igual, etc. etc.

Isso porque não é fácil conceber essas lojas no futuro funcionando com a venda de produtos de alta sofisticação, como actualmente.

P. S. — Poderão funcionar sim, para com produtos nacionais. Nossa indústria tem potencialidades e a nossa tarefa agora é transformar essas potencialidades em possibilidades concretas

T. M. — A Filosofia da FRELIMO é apoiar e apoiar-se no campo. Que medidas concretas tomou o seu governo para concretizar esse princípio?

P. S. — Já decretamos que a terra pertence ao Povo e estamos convencidos de que quando a terra pertencer ao Povo já há uma base concreta para tomar todo tipo de medidas que sejam necessárias. E em segundo lugar, com a nossa política de criar em Moçambique as Aldeias Comunitárias resolveremos todos esses problemas.

T. M. — Como vê as Aldeias Co-

munais? Recentemente vimos as «Ujamaa vilages» da Tanzania, mas há outras experiências de nucleamento das populações como, por exemplo, os «Kibutz» israelitas....

**P. S.** — Não, não haja essa comparação, os objectivos deles são muito diferentes.

**T. M.** — Não estamos comparando, referiríamos a distintos processos de nucleamento rural. Qual é o tipo de organização das Aldeias Comuns de Moçambique?

**P. S.** — Primeiro, que não é possível em nosso país, com uma população dispersa, assegurar desenvolvimento económico e social e a consciencialização política da população, dividida em pequenos núcleos. Com a população assim dispersa é impossível aplicar uma política de aproveitamento dos recursos naturais do país. Seria empatar as nossas energias em objectivos imprecisos. Seria impossível aplicar programas e desenvolver uma organização. As nossas Aldeias Comuns constituem um centro para desenvolvimento económico. Um ponto de partida. Tomemos o exemplo dos rios, que são uma grande riqueza nacional. Se decidimos fazer canais e diques, para quem os realizamos? Em que direcção se a população está dispersa? O mesmo ocorre com o projecto de electrificação, que é um dos prioritários do nosso governo. Necessitamos, pois, de ter a população concentrada e organizada. As aldeias comunais significam para nós Povo organizado, Povo com tarefas definidas e distribuídas, Povo engajado na tarefa de Reconstrução Nacional e em desenvolvimento da Nação. Isso conta muito para nós, pois só assim saberemos a quem devemos dar assistência médica, nossa escola, por onde deverá passar a nossa carreira para transportar a população. O nosso objectivo é instalar populações rurais, populações no campo.

**T. M.** — Cidades na selva, como ouvimos chamar agora no interior?

**P. S.** — Sim, cidades na selva.

**T. M.** — Quando espera o governo desencadear a operação, a operação «aldeia»?

**P. S.** — Já. Precisamos definir as nossas tarefas, saber a quem deve servir o nosso esforço.

**T. M.** — Bases colectivas?

**P. S.** — Sim, tudo com bases colectivas. A economia, a cultura, tudo

**T. M.** — Presidente, aqui em Moçambique fala-se pouco de socialis-



mo, embora qualquer observador possa verificar que as práticas são socialistas.

**P. S.** — A prática é que vai decidir o que nós procuramos. Não queremos avançar com palavras, queremos avançar com as nossas acções.

**T. M.** — Ampliando o âmbito da nossa conversação, foi sempre optimista, como vê a situação da África de hoje? O panorama é mais auspicioso do que na década anterior?

**P. S.** — Todos estamos acompanhando a evolução tão rápida da História e é evidente que a tendência geral hoje é para a Revolução.

de referência. Por todas as partes o imperialismo está sendo estrangulado. É o vento da História. A Revolução não retrocede. O aparecimento de países progressistas em África, que rompem com as suas antigas metrópoles, marca uma boa tendência.

**T. M.** — Contudo, apresenta-se neste momento o grande problema de Angola. Como o vê?

**P. S.** — Sabe-se que o processo revolucionário é um processo sonuoso. Não tem um caminho recto. Para uma Revolução necessita-se desse caminho. É através dessas dificuldades e desse caminho que se ganha

A tendência geral hoje é para a Revolução. Em todos os continentes a tendência geral é a Revolução. Todos os povos, todas as classes oprimidas querem a Revolução. Pensamos que não é só uma tendência, mas que as condições para desencadear esses processos são hoje muito favoráveis.

Em todos os continentes a tendência geral é a Revolução. Todos os povos, todas as classes oprimidas querem a Revolução. Pensamos que não é só uma tendência, mas que as condições para desencadear esses processos são hoje muito favoráveis. Veja por exemplo as rápidas e profundas transformações que processam aqui em África: A independência de Moçambique, de Angola, Guiné, os últimos baluartes da dominação europeia. Olhamos para Ásia; Vietname, Cambodja e Laos. As mudanças mesmo na América Latina....

**T. M.** — Naturalmente que são grandes....

**P. S.** — Grandes e profundas. Encontram sempre um marco histórico

consciência. É aí que se descobrem os nossos verdadeiros amigos, os representantes duma verdadeira linha revolucionária. É aí que se cristalizam as aspirações do povo.

Por isso mesmo pensamos que as dificuldades que hoje Angola atravessa lhe asseguram um futuro radiante.

**T. M.** — Considera então fecundo o seu sofrimento?

**P. S.** — Sim é o sangue que fertiliza a linha revolucionária. Sua vitória terá outro sentido.

**T. M.** — A que atribui o silêncio e gestos amistosos de governos que por suas posições ideológicas e suas ambições geopolíticas se esperava que recebessem com hostilidade e

até com agressão a Independência de Moçambique?

P.S. — É a História. Eles representam em certa medida grupos capitalistas, mas não os povos.

Os povos deles apoiam a nossa luta. Não nos surpreendemos. É o processo histórico.

T.M. — Quer dizer que a vitória de Moçambique foi didáctica. Esta ensinando a essa gente a aprender história, a ler da realidade.

P.S. — Se não lêem, pelo menos assistem. É um filme...

T.M. — Como encara o problema das multinacionais em Moçambique?

P.S. — É preciso pensar as forças do inimigo, avaliá-las. Conhecer a sua estratégia e seu estilo de acção, para depois atacá-lo. Não atacar por atacar, para que toda gente diga «já atacou o inimigo». Não, não. Deve-se ter a certeza de que quando se ataca é realmente para atacar e destruí-lo. Ter a certeza da vitória. Há que estudá-lo, medir a sua força e decidir como atacá-lo. Se realizar pequenos ataques, ou um ataque de envergadura para provocar uma crise. Porque as crises às vezes são necessárias.

T.M. — Quer dizer que estão numa fase de definição da estratégia?

P.S. — Repetimos que a certa altura se deve provocar uma crise. É necessária e faz avançar.

T.M. — A propósito, estivemos hoje a ler a história da FRELIMO e ficamos impressionados ao verificar

como a sua direcção sempre aproveitou as crises para acelerar os seus avanços.

P.S. — Realmente de cada crise saímos mais fortes, vitoriosos.

Identificamo-nos mais, conhecemo-nos mais uns aos outros.

É preciso pensar as forças do inimigo, avaliá-las. Conhecer a sua estratégia e seu estilo de acção, para depois atacá-lo. Não atacar por atacar, para que toda gente diga «já atacou o inimigo». Não, não. Deve-se ter a certeza de que quando se ataca é realmente para atacar e destruí-lo. Ter a certeza da vitória. Há que estudá-lo, medir a sua força e decidir como atacá-lo. Se realizar pequenos ataques, ou um ataque de envergadura para provocar uma crise. Porque as crises às vezes são necessárias.

**FRELIMO cresceu de crise em crises.**

T.M. — Já que está a falar da estratégia, poderia-nos dizer algo sobre o papel das Forças Populares de Libertação na etapa de Reconstrução Nacional?

P.S. — Nosso exército foi sempre a força — vanguarda. Foi sempre no seio do exército onde houve mais clareza ideológica. Em momentos difíceis foi no seio das Forças Populares que encontramos elementos progressistas. Foram as Forças Populares de Libertação que sempre souberam identificar-se com a Linha da FRELIMO, que compreenderam quais eram os objectivos do Partido. E compreenderam quais são os nossos amigos e quais os nossos inimigos. Entenderam também o que é um

amigo temporário e o que é um inimigo permanente, assim como um inimigo imediato, um inimigo a longo prazo e inimigo permanente. É notório que em cada momento se deve estabelecer uma estratégia para dar um combate, saber aproveitar as

condições quando estão maduras. Saber desencadear o combate em momento preciso. Assim quase todos os nossos dirigentes vieram das Forças Populares, foram seleccionados pela própria Revolução. Foram forjados e temperados pelo combate libertador. Por isso, nas Forças Populares de Libertação de Moçambique podemos encontrar os verdadeiros servidores das grandes massas. Aquele que se identifica com o povo e se sacrifica para servi-lo. É por isso que nas Forças Populares definimos quais podem ser membros das Forças Armadas. Seus integrantes já têm uma tradição no combate, na produção, e na mobilização do povo.

T.M. — As FPLM foram organizadas com uma estrutura adequada a um determinado tipo de guerra, que já terminou com a vitória. Como vão adaptar-se às novas tarefas?

P.S. — Há uma nova missão a que já estão se adaptando. Há uma mudança de inimigo.

T.M. — O inimigo é agora o imperialismo?

P.S. — Não. Primeiro são os reaccionários nacionais. Não é necessário procurar um inimigo lá fora quando temos um aqui dentro de casa. A definição genérica do imperialismo é muito vaga. É importante saber quem são os representantes do imperialismo: São as forças reaccionárias nacionais. Elas devem ser tratadas como tratamos o inimigo.

T.M. — Quer dizer que as forças Populares já se adaptaram a essa nova problemática.

P.S. — Sim, foi por isso que convocamos recentemente a Quarta Conferência do Departamento de Defesa. Nela definiram como tarefa a defesa das conquistas da Revolução, consolidação da Independência, do poder



político, das estruturas do Partido a todos os níveis. Quer dizer que desde o topo à base devemos encontrar a estrutura do partido. Todos organizados pelo Partido, com o objectivo da defesa nacional.

**T.M.** — A decisão de não ter graduações nem galões parece-nos que rompe os esquemas tradicionais. Pode-nos falar algo de como foi a discussão interna do problema?

**P.S.** — Foi excelente.

**T.M.** — Como definir, por exemplo, os comandantes?

**P.S.** — Eles conhecem-se, a responsabilidade é que define quem é o comandante. O enquadramento de cada um, a maneira como realiza as tarefas e como as harmoniza na prática, a maneira de valorizá-las, a forma de entender a relação entre o Partido e o Governo, o Povo e Forças Populares, define quem é comandante.

**T.M.** — A designação é sempre um acto político, portanto da FRELIMO.

**P.S.** — Sim, sempre da Frelimo.

**T.M.** — Há tarefas que estão tradicionalmente ligadas aos graus, o tenente comanda um pelotão, o capitão uma companhia, um coronel um regimento, etc.

**P.S.** — Na guerra nós também tínhamos companhias, batalhões e pelotões e tarefas administrativas a nível Nacional. Mas isso para nós não é um posto, mas sim uma responsabilidade que cada um recebe. Um pode dirigir hoje uma companhia e amanhã uma secção. E pode depois ir para o batalhão e amanhã dirigir um serviço do Departamento de Defesa. Pode inclusive ser o Secretário

rio Geral de defesa.

**T.M.** — Quer dizer que os militares ocupam periódicamente postos administrativos e do Partido para terem uma visão mais global, em todos os campos de acção.

**P.S.** — Actuam sempre nos dois campos: Político e militar. Nós não temos nenhuma actividade estritamente militar é sempre político-militar. Dirigindo estruturas militares deve provar que sabe dirigir estruturas políticas. Provando que sabe dirigir estruturas políticas demonstra que pode assumir a direcção da acção

militar. Porque a estrutura militar é uma realização da nossa política. Não há estrutura militar sem estrutura política. Não há uma acção militar que não interprete uma acção política. Não há. Por isso não temos generais, nem sargentos, nem capitães. Temos quadros responsáveis.

**T.M.** — Passando agora ao tema da juventude. Quais são as relações actuais e o projecto da relações futuras, da Universidade com a FRELIMO? Conhece certamente as dificuldades que têm surgido em muitos países revolucionários do Terceiro Mundo com a Universidade.

**P.S.** — Já temos a nossa política a esse respeito. A Universidade será dirigida pelo Partido. De futuro os que irão para Universidade serão indicados pelo Partido. Estudarão para ter capacidade de realizar as tarefas que a Nação exigir.

**T.M.** — Não para realizar uma aspiração pessoal?

**P.S.** — Não, não absolutamente. E isso não o escondemos. Dizemo-lo. É o que temos feito ao longo dos treze anos de experiência da FRELIMO. O Partido é que indicava quem devia prosseguir os seus estudos na Tanzânia. E chegamos a um ponto de desenvolvimento em que os próprios colegas era quem decidia quem devia prosseguir os estudos. Cremos que

que será aplicada colectivamente. Há um processo de discussão interna a todos os níveis.

**T.M.** — Como sabe a didáctica da luta ajudou a aplicação dessa metodologia. Que se passará com as gerações futuras que não participaram directamente na guerra?

**P.S.** — Estamos precisamente estudando como vamos preparar as futuras gerações. Estamos de acordo que a guerra é uma forja, mas a guerra terminou, e agora temos que encontrar outra forja. Será a prática. O sistema educacional desempenhará um papel relevante nesse aspecto. Formaremos gente nas escolas, há muito entusiasmo na juventude. As

De futuro os que irão para Universidade serão indicados pelo Partido. Estudarão para ter capacidade de realizar as tarefas que a Nação exigir.

crianças são extraordinárias. Estudam, militam e estão vigilante. Não estão contaminados pelos parasitas. São a primeira geração que nunca viveu sob o colonialismo, que não viveu sob o capitalismo, e tem um gosto popular. As reuniões da juventude são quase todas realizadas no Norte, nas áreas libertadas, que constituem para todos nós uma experiência e uma permanente fonte de inspiração. Por isso conservaremos sempre essas áreas libertadas. Quando estamos lá os problemas são todos concretos e as discussões abertas, não há traição. Não há hipocrisia.

**T.M.** — Presidente, voltando ao tema da medicina socializada. Acaba de visitar o Hospital Central. Viu, assim em funcionamento um hospital nacionalizado. Como receberam os médicos, os funcionários e os enfermeiros essa nacionalização?

**P.S.** — É um facto muito positivo. todos os médicos e enfermeiros privados já estão no Hospital Central.

**T.M.** — Inclusive os portugueses?

**P.S.** — Todos. Quando visitei o hospital encontrei-os trabalhando com entusiasmo. Demonstraram ter consciência de que deviam servir o povo.

**T.M.** — E ao terminar a nossa entrevista — não queremos tomar demasiado tempo — queremos por o problema da prática da crítica e auto-crítica na FRELIMO e a confiança na reeducação.

**P.S.** — Nós apelamos mais para a consciência. Qualquer juízo para nós tem implicações políticas não é um crime em si. Submetemos alguém a uma crítica severa e logo fazemos

A definição genérica do imperialismo é muito vaga. É importante saber quem são os representantes do imperialismo: São as forças reaccionárias nacionais. Elas devem ser tratadas como tratamos o inimigo.

este método deve continuar. E esse método democrático, assinalamo-lo, existe também a nível militar.

**T.M.** — A FRELIMO exerce no campo político, cultural, económico e social o poder total. Como se pode garantir que esse poder é exercido democraticamente? Que métodos asseguram a democracia interna, para que as discussões sejam realmente democráticas?

**P.S.** — É a participação na discussão que precede as discussões colectivas. Com a discussão colectiva tomamos uma decisão colectiva

fazer a sua autocritica em público. Apelamos para a sua consciência.

T.M. — Em que casos, por exemplo, houve uma autocritica pública?

P.S. — Em muitos casos. Incluindo a Joana Simião, que ajudou os

Conservaremos sempre essas áreas libertadas. Quando estamos lá os problemas são todos concretos e as discussões abertas, não há traição. Não há hipocrisia.

portugueses, e o antigo vice-presidente da FRELIMO, Simango. Aca-bamos de receber dele um documento importantissimo definindo as suas relações com a PIDE, a sua cumplicidade com os portugueses, as suas relações com o imperialismo.

T.M. — Deve-se entender então que a autocritica é feita depois que cada um reconhece o seu erro, que o reconhece honestamente e sem coacção...

P.S. — Sim, honestamente e sem coacção. Nós rejeitamos durante a guerra utilizar castigos corporais. Enterramos-os. Começamos por nós

em principio, estavam «presos» na Base Central. Contudo, encontramos-os vivendo como os militares que ali estão.

P.S. — Produzem como nós produzimos.

T.M. — E crê que o contra-revolucionário ligado ao colonialismo, como Simango e Joana Simião poderão ser reeducados algum dia?

P.S. — Podem, eles estão conosco, escrevem-nos inclusive frequentemente. Dizem que concordam com as nossas discussões.

T.M. — E como se realiza esse processo de reeducação?

P.S. — Nas áreas libertadas, com o Povo e a assistência do comissário político. Conversam e discutem com o Povo durante semanas inteiras. Então explicam como e porquê



mesmos, pois o castigo físico diminui a capacidade intelectual do individuo. Rejeitamos também os insultos no seio do exército. Na FRELIMO não há insultos nem castigos corporais. Existe a critica que é muito séria. É tão séria que é possível que alguns preferissem os castigos corporais.

T.M. — E prisões?

P.S. — Sim podemos fazer, mas não lhe chamamos prisão. Não existe prisão alguma. Existe reeducação.

T.M. — Realmente encontramos alguns jovens portugueses que estiveram envolvidos em atentados subversivos em Lourenço Marques que,

se cometeu o erro e sua visão do problema.

T.M. — Já há algum caso de pessoas que se possam considerar recuperadas pelo processo?

P.S. — Claro. Alguns até já estão com responsabilidade altas a nível de governo. E, repare: haviam colaborado com o inimigo.

T.M. — Presidente, no processo de expulsão do Governador do Maputo, Pedro Juma, a FRELIMO declara que «a cidade e o conforto tragaram militantes» que cederam a balas inimigas envolvidas em açúcar. Crê que muitas pessoas aqui já haviam provado essas balas?

P.S. — Sim, mas vínhamos preparados. Sabíamos que alguns (que haviam sido grandes heróis e que não foram alcançados pelas balas do inimigo na mata, o seriam com balas açucaradas na cidade. Já sabíamos. É um fenómeno da Revolução, que necessita de um tratamento correcto, de uma análise profunda.

T.M. — Sabemos pela história que muitas revoluções falharam nesse problema e, por isso mesmo, inclusive chegaram a fracassar. Daí a importância que atribuímos à severidade com que vocês tratam o problema.

P.S. — Nós sempre tivemos a preocupação de evitar o conforto. O conforto corrompe.

T.M. — Publicações estrangeiras consideram que há influência chinesa ou soviética, segundo a óptica de cada uma. Quando se chega cá, contudo, esse tipo de influências não se detectam.

P.S. — É que aqui só temos influência moçambicana, embora estudemos os processos de outros povos.

T.M. — Também os Latinos Americanos?

P.S. — Sim. Cuba, por exemplo. Ainda hoje temos quadros em Cuba, estudantes e militares. Estudam técnica militar e também o processo da Revolução cubana.

T.M. — E com a Europa? Quais são as vossas relações? já a visitou?

P.S. — Só visitei os países socialistas e a Itália, que conheço muito bem. Temos aí muitos bons amigos, sobretudo no Partido Comunista, que tem uma organização e experiência excelente.

T.M. — Presidente, encontramos não sómente a si, mas o Vice-Presidente Marcelino dos Santos, o Ministro Óscar Monteiro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Chissano, Jacinto Veloso, e todos os outros dirigentes com quem temos estado, sobrecarregados de trabalho. Não lhe parece que esse ritmo terminará comprometendo a eficácia das decisões?

P.S. — Bom, é que a revolução não fabrica quadros em série. Não é uma produção à escala industrial. É um produto manufacturado e selecionado. Há que saber quando integrar cada um. O problema é a democratização dos métodos de trabalho. Está aí: então vamos ter uma direcção centralizada, e decisões colectivas, com uma grande descentralização nas instâncias executivas. O problema é encontrar correctamente essa fórmula de avançar.